



REGULAMENTO INTERNO

Aprovado em Assembleia Geral a 10 de janeiro de 2004

Alterações mais recentes aprovadas em Assembleia Geral a 22 de dezembro de 2012

CAPÍTULO IV – DOS GRUPOS LOCAIS

SECÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 39.º

Definição

Os grupos locais da “rede ex aequo” constituem-se como grupos de apoio, convívio e trabalho para jovens lésbicas, gays, bissexuais, transgéneros e simpatizantes.

Artigo 40.º

Denominação e Timbre

1. Os grupos locais adotam a denominação “ex aequo” seguido pelo nome, em minúsculas, da respetiva cidade onde estão em funcionamento (v.g. ex aequo Évora).
2. Os grupos locais têm timbre definido pela Direção da “rede ex aequo”.

Artigo 41.º

Independência partidária, ideológica e religiosa

Os grupos locais gozam de total independência partidária, ideológica e religiosa.

Artigo 42.º

Autonomia organizativa

Os grupos locais dispõem de autonomia organizativa, dentro dos limites impostos pelos Estatutos da “rede ex aequo” e por este Regulamento Interno.

Artigo 43.º

Processo de constituição

A constituição de um Grupo Local da “rede ex aequo” obedece ao seguinte procedimento:

- I) Apresentação da candidatura pelos seus membros fundadores;
- II) Aprovação da candidatura pela Direção da “rede ex aequo”.

Artigo 44.º

Ação de formação dos membros Coordenadores

1. Um novo Grupo Local só poderá entrar, oficialmente, em funcionamento após a frequência de uma ação de formação por parte de, pelo menos 2/3 dos seus membros fundadores.
2. Um novo elemento da Equipa Coordenadora, que não tenha recebido ainda formação, está obrigado a participar numa ação de formação de coordenadores de grupos de jovens locais da rede ex aequo até 6 meses após entrada no cargo.

Artigo 45.º

Objetivo

Os grupos locais da “rede ex aequo” têm por objetivo:

- a) Ser um espaço local de apoio, convívio e trabalho para jovens lésbicas, gays, bissexuais, transgéneros e simpatizantes na sua cidade;
- b) Reivindicar a não discriminação e a integração dos jovens LGBT na sociedade;
- c) Prosseguir os fins da “rede ex aequo”.

Artigo 46.º

Receitas

São receitas dos grupos locais, designadamente:

- a) Os donativos;
- b) Os fundos atribuídos pela Direção;
- c) Os subsídios de entidades públicas e privadas;
- d) Os fundos resultantes das suas atividades;
- e) Outras receitas.

SUBSECÇÃO II – DAS REUNIÕES

Artigo 47.º

Periodicidade, hora e local

1. A periodicidade, a hora e o local da reunião dos grupos locais são fixos, sempre que possível.
2. Os grupos reúnem com uma periodicidade mínima mensal.

Artigo 48.º

Quórum

Os grupos locais reúnem sem necessidade de observância de quórum mínimo.

SUBSECÇÃO III – DA EXTINÇÃO

Artigo 49.º

Causa de extinção

Um Grupo Local será extinto se, decorridos que sejam três meses após a demissão da sua Equipa Coordenadora, uma nova não haja sido eleita pelos membros do grupo ou não exista nenhuma candidatura aprovada ou equipa nomeada pela Direção.

SECÇÃO II – EQUIPA COORDENADORA

Artigo 50.º

Coordenação

A coordenação do Grupo Local é feita por uma Equipa Coordenadora.

Artigo 51.º

Composição

1. A Equipa Coordenadora de cada Grupo Local é composta por três ou cinco membros efetivos.
2. Dos seus elementos constituintes, 1/3 ou 2/5 serão, obrigatoriamente, jovens com idades compreendidas entre os 16 e os 26 anos, podendo os restantes elementos ser jovens com idades compreendidas entre os 27 e os 30 anos.
3. Os elementos da Equipa Coordenadora têm de ser associados da “rede ex aequo”.

Artigo 52.º

Eleição e nomeação

1. A eleição da Equipa Coordenadora de cada Grupo Local é feita por listas.
2. O método de eleição é o voto secreto.
3. As eleições não obedecem a nenhuma exigência de quórum mínimo.
4. Os membros que se propõem integrar uma Equipa Coordenadora terão de ter assistido a duas reuniões do Grupo Local desde a data de eleição da presente Equipa Coordenadora.
5. Os votantes terão de ser associados da “rede ex aequo”.
6. A eleição da Equipa Coordenadora de cada Grupo Local ocorrerá em outubro de cada ano.
7. A data da eleição de uma Equipa Coordenadora ou da substituição de um elemento dessa equipa será comunicada aos membros do Grupo Local e à Direção da “rede ex aequo” com antecedência mínima de trinta dias.
8. A Direção da “rede ex aequo” deverá ser informada, com uma antecedência mínima de quinze dias a contar da data da eleição da Equipa Coordenadora do Grupo Local, dos dados de todos os membros das listas candidatas.

9. A Direção da “rede ex aequo” pronunciar-se-á favorável ou desfavoravelmente sobre a admissão ou não dos elementos constituintes a uma lista candidata à Equipa Coordenadora do Grupo Local com base numa entrevista escrita e/ou presencial.

10. Em caso de risco de eminente extinção do Grupo Local, poderá a Direção da “rede ex aequo” nomear, no prazo de seis meses a contar da demissão da anterior, uma nova Equipa Coordenadora, desde que não tenham sido realizadas eleições válidas para esse efeito.

Artigo 53.º

Substituição de um membro da Equipa Coordenadora

1. Para a substituição de um membro de uma Equipa Coordenadora serão efetuadas eleições a título nominal.

2. Os restantes elementos da equipa manter-se-ão em funções.

Artigo 54.º

Candidaturas

As candidaturas ao cargo de Equipa Coordenadora ou de Coordenador serão apresentadas em reunião do Grupo Local.

Artigo 55.º

Duração e limite dos mandatos

1. O mandato de cada Equipa Coordenadora tem a duração de um ano, findo o qual será realizada nova eleição.

2. Não há número limite de mandatos consecutivos para os elementos da Equipa Coordenadora.

Artigo 56.º

Incompatibilidades

Os associados poderão integrar até duas equipas coordenadoras locais desde que:

a) Em cada equipa coordenadora local haja, no máximo, 1/3 ou 2/5 de associados que sejam simultaneamente coordenadores de outro grupo local; e

b) As reuniões de ambos os grupos locais não se sobreponham.

Artigo 57.º

Exoneração

1. Os Coordenadores poderão exonerar-se do cargo a todo o tempo, desde que a exoneração seja apresentada com uma antecedência mínima de sete dias.

2. O pedido de exoneração de um Coordenador local deve ser apresentado pelo próprio por carta simples ou correio eletrónico à Direção da “rede ex aequo” e à restante Equipa Coordenadora local.

Artigo 58.º

Demissão

1. Constituem causas de demissão do cargo de Coordenador:

a) O não cumprimento dos deveres estipulados para o seu cargo neste regulamento;

b) A grave lesão da “rede ex aequo” imputável ao elemento Coordenador.

2. Apenas a Direção da “rede ex aequo” tem legitimidade para demitir os elementos da Equipa Coordenadora local.

Artigo 59.º

Comunicação da demissão

A demissão do cargo de Coordenador será comunicada ao mesmo pela Direção da “rede ex aequo”, através de carta simples ou correio eletrónico com a devida fundamentação.

Artigo 60.º

Competência

À Equipa Coordenadora local compete:

1. Organizar e dirigir as atividades das reuniões periódicas do grupo;

2. Coordenar e dinamizar o funcionamento do grupo;

3. Discutir, propor e implementar estratégias e ações de intervenção científica, social, cultural e/ou política da “rede ex aequo”, especialmente no que concerne à Juventude e Educação;

4. Ser interlocutora entre o Grupo Local e a Direção da “rede ex aequo”;
5. Representar a “rede ex aequo”, desde que devidamente autorizada para o efeito pela Direção.

Artigo 61.º

Deveres

São deveres da Equipa Coordenadora local:

1. Organizar e dirigir as atividades das reuniões periódicas do grupo;
2. Coordenar e dinamizar o funcionamento do grupo;
3. Reunir com periodicidade mínima mensal, tendo como ordem de trabalhos a preparação das reuniões do grupo;
4. Informar a Direção dos trabalhos desenvolvidos pelo grupo;
5. Apoiar a Direção, a nível local, nas iniciativas de intervenção científica, social, cultural e/ou política da “rede ex aequo”, especialmente no que concerne à Juventude e Educação;
6. Entregar todos os materiais de trabalho à Equipa Coordenadora substituta após as eleições.

Artigo 62.º

Obrigatoriedade de guardar sigilo

Os elementos da Equipa Coordenadora local estão obrigados, no cumprimento das suas funções, a guardar sigilo, nomeadamente, sobre a identidade e demais elementos identificativos dos membros do grupo.

Artigo 63.º

Disposição complementar

A Equipa Coordenadora poderá ser auxiliada nos seus trabalhos por pessoas maiores de 30 anos que efetuem trabalho relevante na área da Juventude e/ou da Educação e/ou dos Direitos Humanos.

SECÇÃO III – COMISSÃO DE RECEÇÃO

Artigo 64.º

Obrigatoriedade da sua existência

Todos os grupos têm uma Comissão de Receção a novos membros.

Artigo 65.º

Composição

1. A Comissão de Receção será composta por dois elementos.
2. Sempre que tal seja possível, os elementos da Comissão de Receção devem ser de sexo diferente.

Artigo 66.º

Nomeação

1. Os elementos da Comissão de Receção serão nomeados pela Equipa Coordenadora local.
2. Na nomeação dos “Rececionistas”, a Equipa Coordenadora local deverá atender a critérios como: a responsabilidade, maturidade e capacidade de manter sigilo do candidato.

Artigo 67.º

Obrigatoriedade de guardar sigilo

Os elementos da Comissão de Receção estão obrigados, no cumprimento das suas funções, a guardar sigilo, nomeadamente, sobre a identidade e demais elementos identificativos dos novos elementos.

Artigo 68.º

Competências

A Comissão de Receção compete:

1. Receber os novos membros do Grupo Local;
2. Realizar a reunião de receção na hora que antecede a reunião ordinária do Grupo Local;
3. Apresentar a “rede ex aequo” aos novos membros;
4. Explicar os fins e modo de funcionamento do Grupo Local;
5. Criar um espaço de abertura confortável e privado para diálogo com os novos membros sobre assuntos dentro da temática LGBT.

Artigo 69.º

Exoneração

1. Os Rececionistas poderão exonerar-se dessa posição a todo o tempo.
2. O pedido de exoneração de um elemento da Comissão de Receção local deve ser apresentado pelo próprio por carta simples ou correio eletrónico à Equipa Coordenadora local.

Artigo 70.º

Causas de demissão e legitimidade

1. Constituem causas de demissão da Comissão de Receção:
 - a) O não cumprimento dos deveres estipulados para o seu cargo neste Regulamento;
 - b) A grave lesão da "rede ex aequo" imputável ao elemento Rececionista.
2. Apenas a Equipa Coordenadora local tem legitimidade para demitir os elementos da Comissão de Receção.

Artigo 71.º

Comunicação

A demissão do cargo de Rececionista será comunicada ao mesmo por carta simples ou correio eletrónico pela Equipa Coordenadora local.

SECÇÃO IV – MEMBROS DO GRUPO LOCAL

Artigo 72.º

Admissão à participação

São admitidos à participação no Grupo Local:

- a) Indivíduos que perfilhem e/ou simpatizem com os fins do grupo e tenham idade compreendida entre os 16 e os 26 anos.
- b) Todos os associados da "rede ex aequo", independentemente da sua idade, mediante a apresentação do respetivo cartão de associado válido ou outro tipo de comprovativo da sua condição (v.g., ficha de inscrição ou fotocópia da mesma).

Artigo 73.º

Pessoas com mais de 27 anos

Só é permitido a pessoas a partir dos 27 anos, que não sejam sócias ou associados propostos da rede ex aequo, participar numa primeira e única reunião do Grupo Local.

Artigo 74.º

Outras pessoas

Poderão participar nas reuniões do Grupo Local, sempre que necessário, pessoas maiores de 27 anos e não sócias da "rede ex aequo", desde que a sua presença contribua para a prossecução das atividades agendadas para essas mesmas reuniões.

Artigo 75.º

Exclusão

Perde a qualidade de membro do grupo, com conseqüente exclusão, o indivíduo cuja atuação não seja conforme o disposto nos Estatutos da "rede ex aequo" ou neste Regulamento Interno ou atente contra o bom nome do grupo ou da "rede ex aequo".

Artigo 76.º

Procedimento de exclusão

1. A deliberação de exclusão de um membro do Grupo Local será tomada em reunião do Grupo Local, por maioria simples.
2. Não é necessária a observância de quórum mínimo.
3. O membro excluído poderá apresentar recurso da decisão de exclusão à Direção da associação, que deverá deliberar sobre o mesmo num prazo de trinta dias.

Artigo 77.º

Deveres

São deveres dos membros do Grupo Local:

- a) Desempenhar os cargos para que sejam eleitos;
- b) Respeitar os Estatutos, regulamentos e demais diretrizes da "rede ex aequo";
- c) Respeitar e fazer cumprir as decisões da Equipa Coordenadora Local e dos diversos órgãos estatutários competentes da "rede ex aequo";
- d) Em geral, reforçar a coesão, o dinamismo e a atividade do Grupo Local.

Artigo 78.º**Direitos**

São direitos dos membros do Grupo Local:

- a) Participar nas atividades do Grupo Local;
- b) Se associados, eleger e ser eleito para a coordenação do Grupo Local;
- c) Propor a exclusão de membros.